



ISSN: 2230-9926

Available online at <http://www.journalijdr.com>

# IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 11, Issue, 12, pp. 52575-52580, December, 2021

<https://doi.org/10.37118/ijdr.23549.12.2021>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

## PRECARIEDADES NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19: UMA ANÁLISE DOS DADOS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL

\*<sup>1</sup>Priscilla Monteiro Lima, <sup>1</sup>Suelen Cipriano Milhomem Dantas, <sup>2</sup>Ana Caroline Amorim Oliveira and <sup>3</sup>Antonio Cordeiro Feitosa

<sup>1</sup>Mestranda do Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão;

<sup>2</sup>Professora PERMANENTE do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade/PGCult da Universidade Federal do Maranhão; <sup>3</sup>Professor EMÉRITO da Universidade Federal do Maranhão, Docente Permanente do

Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade/PGCult

### ARTICLE INFO

#### Article History:

Received 10<sup>th</sup> September, 2021

Received in revised form

27<sup>th</sup> October, 2021

Accepted 11<sup>th</sup> November, 2021

Published online 25<sup>th</sup> December, 2021

#### Key Words:

Gênero. Interseccionalidade.  
Colonialidade. Pandemia da Covid-19.  
Violência.

#### \*Corresponding author:

Priscilla Monteiro Lima

### ABSTRACT

Este artigo trata-se de estudo descritivo e qualitativo que visa refletir acerca dos impactos da pandemia da Covid-19, no âmbito da violência de gênero no Brasil. Para tanto, realizou-se pesquisa bibliográfica e aproximações da análise de conteúdo de dados secundários coletados pelo Fórum de Segurança Pública e Inteligência em Pesquisa e Consultoria. Com fito de analisar os dados, dialogou-se com os estudos de autoras e autores, tais como Joan Scott, Judith Butler, Rita Segato, Maria Lugones, Kimberlé Creenshaw, Aníbal Quijano, Nelson Maldonado Torres e Lélia Gonzalez. Observa-se que o contexto pandêmico apenas asseverou crises já presentes na realidade brasileira, e para compreender melhor esses impactos são necessários que os dados sejam coletados observando os diversos marcadores de diferença que permeiam a sociedade.

Copyright © 2021, Priscilla Monteiro Lima et al. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Priscilla Monteiro Lima, Suelen Cipriano Milhomem Dantas, Ana Caroline Amorim Oliveira and Antonio Cordeiro Feitosa. "Precariedades no contexto da pandemia da covid-19: uma análise dos dados sobre violência contra a mulher no Brasil", *International Journal of Development Research*, 11, (12), 52575-52580.

## INTRODUCTION

As alterações que a pandemia da doença do novo coronavírus Sars-CoV-2 (Covid-19) impôs aos países atinge-os em sua totalidade, compreendendo tanto as relações de poder quanto a vida social (Souza, 2021). Pautada no alerta emitido pela Organização das Nações Unidas (ONU), segundo o qual as circunstâncias da pandemia possibilitam o agravamento da situação de violência contra meninas e mulheres (Pasinato, 2020), esta pesquisa tem como intuito analisar dados e bibliografia acerca dos impactos da pandemia no âmbito da violência de gênero, no Brasil. Partindo do pressuposto de que o Brasil é um país marcado pela colonialidade, racismo, sexismo, LGBTQIAfobia e desigualdade econômica, traçaram-se reflexões sobre como essas vulnerabilidades sociais podem agravar-se diante do contexto da pandemia. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa e descritiva, combinando a coleta de dados bibliográficos nas bases de periódicos e uma aproximação da análise de conteúdo (Bardin, 2016) de dados secundários, produzidos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e pela Inteligência em

Pesquisa e Consultoria (IPEC) sobre mulheres e violência no contexto de pandemia. A pesquisa bibliográfica se deu através da busca no portal *Google Scholar*, escolhido por retornar resultados de várias bases, por referências acerca da pandemia da Covid-19 no Brasil e como ela vem afetando a sociedade, bem como seus marcadores sociais já existentes. Em seguida, passou-se ao "tratamento da informação contida nas mensagens". Neste caso, aos dados produzidos pelo FBSP e pela IPEC, descrevendo-os e evidenciando indicadores que permitam inferências sobre realidades além da mensagem (Bardin, 2016). A fim de aprofundar a compreensão acerca dos achados, buscamos nos aproximar dos estudos de autoras e autores, tais como Joan Scott, Judith Butler, Rita Segato, Maria Lugones, Kimberlé Creenshaw, Aníbal Quijano, Nelson Maldonado Torres e Lélia Gonzalez. Estes, escolhidos em razão da percepção da transversalidade dos referenciais encontrados, bem como da perspectiva de que gênero, raça, classe e colonialidade são fatores construtivos na implementação de estudos e políticas públicas durante e pós-pandemia. Ademais, considera-se que o contexto pandêmico apenas asseverou crises já presentes na realidade brasileira, constatando que a dinamicidade do capitalismo neoliberal aflora as

desigualdades, especialmente num país como o Brasil e, mais precisamente, pertinente a esta pesquisa, em corpos marcados pela vulnerabilidade social.

**A pandemia da covid-19 no Brasil e os marcadores sociais de gênero, raça e classe:** Enquanto este artigo é escrito, há uma pandemia viral em curso no mundo inteiro<sup>1</sup>. No Brasil, em julho de 2021, o número de mortos em decorrência da doença se aproxima de 600 mil, e o número de pessoas em estado de insegurança alimentar beira os 19 milhões (Gandra, 2021). Este contexto que se vivencia é de verdadeira contradição: enquanto são desenvolvidos meios inovadores de erradicação da crise sanitária (vacinas em tempo exíguo com diferentes combinações virais por meio de estudos científicos), simultaneamente há divulgação em massa de *fakenews* acerca da pandemia, da enfermidade, da prevenção, precarização das políticas públicas de assistência social, aumento do desemprego e desigualdades socioeconômicas (SOUZA, 2021). Tudo isso, cogita-se, permite agravar um quadro de vulnerabilidade social já marcado pela colonialidade, racismo, sexismo, LGBTQIAfobia e desigualdade econômica. Enquanto país com marcas da colonização, o Brasil constituiu sua sociedade sob a “distinção dicotômica, hierárquica entre humano e não humano” (Lugones, 2014, p. 936). Isto porque, para Aníbal Quijano (2010), os europeus pautavam sua dominação sobre o continente americano na imaginação, equivocada, de que estavam no ápice da trajetória civilizatória, relegando à posição de subalternidade os povos originários marcados pela raça. Assim, colonialidade, nos termos definidos por Nelson Maldonado Torres (2020) é a lógica global de desumanização inserida na sociedade, através da qual os efeitos do colonialismo ainda são sentidos. Maria Lugones (2014, p. 939), por sua vez, complexifica essa noção ao afirmar que a colonialidade “permanece na interseção de gênero/classe/raça como constructos centrais do sistema de poder capitalista mundial”. O processo de desumanização aos quais algumas pessoas são submetidas, como se o valor atribuído à vida fosse perdido, também é exposto por Judith Butler para quem “somos desfeitos uns pelos outros” (2011, p. 44). Para Butler (2018), a deterioração de redes de apoio sociais e econômicas são mais sentidas por determinadas populações, expostas ao dano, à violência e à morte. Daí advém sua noção de precariedade, possibilidade inescapável de ser vítima, distribuída de modo desigual no mundo. Não por acaso, as crises sanitárias humanitárias, como a do Ebola, Zica e a da Covid-19, afetam, de forma desproporcional, ricos e pobres, pessoas que se identificam como dos gêneros feminino e/ou masculino (Campos, Tchalekian, & Paiva, 2020).

Um exemplo do que se apresenta é o alerta emitido pela Organização das Nações Unidas, segundo o qual algumas circunstâncias associadas à crise sanitária, gerada pelo novo coronavírus, estão dentre os fatores que agravam a violência de gênero contra meninas e mulheres (Pasinato, 2020). Dados coletados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) referem que, no Brasil, casos de feminicídio com registro formal cresceram 2,2% entre março e abril de 2020 (início da pandemia no Brasil), e aumentaram também as chamadas ao telefone 190 com registro de violência doméstica. Embora não seja possível aferir classe social, raça e identidade de gênero nesses dados, o relatório aponta que mulheres “negras, pretas e pardas”<sup>2</sup>, constituem maioria dentre aquelas que afirmaram ter sofrido violência durante a pandemia (Bueno et al., 2021). Vieira, Garcia e Maciel (2020) abordam que a coexistência compulsória entre casais durante o isolamento social recomendado para contenção da pandemia de Covid-19, a progressiva desordem econômica e a insegurança na contaminação por Covid-19 são potenciais gatilhos para a violência. Sabe-se que a divisão sexual das tarefas domésticas sobrecarrega as mulheres (principalmente se tiverem filhos) e aumenta o que se chama de “trabalho invisível” e não remunerado. Ademais, a insegurança econômica e possibilidade ou perda real dos

postos de trabalho foram causas desestabilizadoras nos homens, progredindo para comportamentos violentos no lar, tudo isso somando ao fato de que “[...] machismo estrutural, as desigualdades de gênero, raça e renda são acirrados pela pandemia” (Campos et al., 2020, p. 6). Para Lélia Gonzalez (2018), a situação se assevera quando as mulheres são pretas e pardas. Como se sabe, no Brasil, elas são um contingente grande da população marginalizada. Segundo a autora, a essas mulheres, comumente (além de realizar obrigatoriamente seus trabalhos domésticos nas suas residências) ainda lhes são atribuídos, sobretudo, trabalhos domésticos formais (ou irregulares) e funções subalternas (Gonzalez, 2018). Inclusive, essa última condição é natural na sociedade, isto é, mulheres negras que desempenham atividades domésticas têm esse lugar historicamente construído, enraizado e fundamentado na “naturalização de relações de autoridade e subordinação, que são apresentadas como se fossem fundadas na biologia e/ou justificadas racialmente” (Biroli, 2018, p. 42). Outro aspecto relevante é que, no caso da violência contra a mulher (VCM), tal contexto permeia “um sistema de dominação masculina que produz e reproduz, orienta práticas, comportamentos, instituições e normas, além de condicionar a ‘experiência feminina’” (Barroso, 2019, p. 145). Para Alves, Moreira, Oliveira e Natividade (2020), a violência seria tal qual uma ruptura de qualquer forma de integridade da pessoa, seja física, psíquica, sexual ou moral na convivência familiar. Sabe-se que da existência de violências físicas e simbólicas (outros casos), entretanto, todas as modalidades provocam esse rompimento e podem deixar marcas permanentes em quem as sofre.

É nessa conjuntura, de cultura patriarcal, machista e misógina, que é imposta às mulheres cis a tarefa de cuidar de seus filhos, bem como de exercer a maior quantidade de empregos e trabalhos vinculados ao cuidado remunerado (babás, cuidadoras, faxineiras, funcionárias domésticas, enfermeiras, fisioterapeutas, massoterapeutas, psicólogas, dentre outras) (Diniz, 2020), enquanto as mulheres trans são expostas ao abandono social, invisibilidade, violência e mortes intencionais (Benevides; Nogueira, 2020). Ainda, as mulheres são a grande maioria entre trabalhadores da saúde formais e informais, gerando maior exposição e risco de infecção pelo vírus, bem como desemprego e falta de renda (ONU Mulheres, 2020). Não por acaso, a definição de gênero proposta por Joan Scott (1990, p. 88), refere-se a este como “um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado”, afirmando ainda que “ele parece ter sido uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas”. Rita Segato analisa a persistência da categoria gênero, contrapondo sua noção entre alguns povos originários, pré-invasão da América, e a concepção moderna colonial. Para a autora:

De acordo com o padrão colonial moderno e binário, qualquer elemento, para alcançar plenitude ontológica, plenitude de ser, deverá ser equalizado, ou seja, equiparado a partir de uma grade de referência comum ou equivalente universal. Isto produz o efeito de que qualquer manifestação da alteridade constituirá um problema, e só deixará de fazê-lo quando peneirado pela grade equalizadora, neutralizadora de particularidades, de idiosincrasias. O “outro indígena”, o “outro não branco”, a mulher, a menos que depurados de sua diferença ou exibindo uma diferença equiparada em termos de identidade que seja reconhecível dentro do padrão global, não se adaptam com precisão a este ambiente neutro, asséptico, do equivalente universal, ou seja, do que pode ser generalizado e a que se pode atribuir valor e interesse universal. Só adquirem politicidade e são dotados/as de capacidade política, no mundo da modernidade, os sujeitos – individuais e coletivos – e questões que possam, de alguma forma, processar-se, reconverter-se, transpor-se ou reformular-se de forma que possam se apresentar ou ser enunciados em termos universais, no espaço “neutro” do sujeito republicano, onde supostamente fala o sujeito cidadão universal. (Segato, 2012, p. 122, grifo nosso)

Assim, é completamente visível a relação da colonialidade com o gênero e a inserção deste nas pautas eurocêntricas pertencentes à

<sup>1</sup> Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a pandemia do Novo Coronavírus, Sars-Cov-2, que provoca a doença da Covid-19. No Brasil, o primeiro caso da doença foi registrado em 26 de fevereiro de 2020.

<sup>2</sup> Neste artigo optou-se por utilizar as três categorias (negra, preta e parda), conforme indicado no relatório analisado.

realidade latino-americana, fervorosamente fomentadas e postas às mulheres que passam a sofrer com a exclusão patriarcal e colonial (Segato, 2012). Judith Butler também analisa a questão da violência, esclarecendo a sua dimensão pública:

O corpo implica mortalidade, vulnerabilidade, agência: a pele e a carne nos expõem ao olhar dos outros, mas também ao toque e à violência, e os corpos também ameaçam nos transformar na agência e no instrumento de tudo isso. Embora lutemos por direitos sobre nossos próprios corpos, os próprios corpos pelos quais lutamos não são apenas nossos. O corpo tem sua dimensão invariavelmente pública. Constituído como um fenômeno social na esfera pública, meu corpo é e não é meu (Butler, 2019, p. 46).

Consoante os dados coletados (Campos et al., 2020), antes da pandemia da SARS-CoV-2/Covid-19, no Brasil, já se observava a diminuição de recursos humanos e materiais para os serviços do repasse de verbas, a situação precária nas delegacias da mulher, bem como a falta de interesse na capacitação/treinamento de profissionais.

Na seara federal, foi reconhecido que o confinamento produziu um número gradativo de aumento de casos de violência, isto foi acentuado pelos cortes significativos de verba nos programas vinculados à Secretaria da Mulher, demonstrando assim, que tal não era uma agenda prioritária (Vieira et al., 2020).

Assim, faz-se necessário pontuar que a vulnerabilidade das pessoas que se identificam como mulheres e sua submissão à violência, deveria ser o escopo para fomentar políticas, ações, estratégias para diminuir esses índices. Por isso, assevera-se que as relações de gênero e raciais, para além do contexto socioeconômico, têm grande impacto na vida dessas pessoas (Campos et al., 2020). Camila de Magalhães Gomes (2018) percebe que gênero, raça e classe são categorias que devem ser examinadas em conjunto porque:

[...] são produzidas em conjunto e não apenas porque produzem “estereótipos ou discriminações” diferentes quando observadas em conjunto na experiência dos sujeitos. Como forma de investigar o que a colonialidade do gênero apagou, destruiu ou invisibilizou, e como as noções de gênero da modernidade colonial que hoje são discutidas, a partir de construções que usam da raça e do sexo de modo articulado para preencher a oposição entre humanos e “não-humanos”, usar o gênero como categoria de análise decolonial [...]. Ou seja, gênero, raça e classe não surgem como conceitos separados, mas, são forjados numa mesma matriz que tem como estrutura binária central aquela de humanos/não-humanos. (Gomes, 2018, p. 77, grifo nosso)

Por fim, Segato (2012) defende a forma de estudar a violência. Ainda que se imponha à análise dos referenciais, dos dados e estatísticas, uma abordagem qualitativa ao estudo realizado, o pesquisador não pode olvidar do olhar e da perspectiva a se promover na construção da narrativa, quanto à estrutura epistemológica: observar o caso, os fundamentos, as análises e teses, sem, contudo, afastar-se dela, a fim de não replicar a voz de um sujeito branco, masculino, heterossexual e pertencente às elites, uma vez que “[...] a episteme colonial e moderna, tem as seguintes características: é homem, é branco, é *pater familiae* – portanto, é funcionalmente heterossexual –, é proprietário, e é letrado” (Segato, 2012, p. 123). É essa aproximação que tentaremos agora empreender analisando os dados produzidos pelo FBSP e IPEC.

### A violência contra a mulher no contexto da pandemia da Covid-19

Nesse contexto de vulnerabilidades sociais, decorrente da pandemia da doença Covid-19, a ONU Mulheres vem alertando que, entre os fatores que agravam a violência de gênero contra meninas e mulheres, destacam-se algumas circunstâncias associadas à crise sanitária gerada pelo novo coronavírus: isolamento social, comprometimento da saúde mental, luto eventual, sobrecarga do cuidado doméstico e

dificuldades financeiras (Pasinato, 2020). Esse fato chama atenção quando verificada uma tendência de redução dos registros oficiais de violência. O que se observa é que as vítimas da violência na pandemia, apesar de estarem sofrendo mais, não estão formalizando as denúncias (Bueno et al., 2021). Assim, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, organização não-governamental, e a Inteligência em Pesquisa e Consultoria empresa originária do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), debruçaram-se em pesquisas quantitativas sobre mulheres e violência no contexto de pandemia para tentar compreender esse fenômeno. Ambas as pesquisas contaram com entrevistas estruturadas, realizadas em 130 e 143 municípios brasileiros, respectivamente, totalizando 4.081 pessoas, acima de 16 anos, entrevistadas entre 19 de fevereiro a 14 de maio de 2021. Segundo dados de seu sítio oficial (2022?), o FBSP:

[...] é uma organização não-governamental, apartidária, e sem fins lucrativos, que se dedica a construir um ambiente de referência e cooperação técnica na área da segurança pública. A organização é integrada por pesquisadores, cientistas sociais, gestores públicos, policiais federais, civis e militares, operadores da justiça e profissionais de entidades da sociedade civil. (*Quem somos...*, 2022?)

A pesquisa “Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil”, assinada por Samira Bueno, Juliana Martins, Amanda Pimentel, Amanda Lagreca, Betina Barros e Renato Sérgio de Lima, está na terceira edição, sendo possível comparar seus resultados aos de anos anteriores (2017 e 2019). Através da abordagem dos entrevistados em pontos de fluxo populacional em 130 municípios, no período de 10 a 14 de maio de 2021, foram realizadas 2.079 entrevistas. Seu escopo fora aferir a percepção da população geral sobre violência e assédio contra as mulheres no Brasil, contando, ainda, com um módulo sobre a pandemia de Covid-19. Nas entrevistas constavam perguntas direcionadas à amostra total (homens e mulheres) e algumas específicas para mulheres (não sendo possível identificar através dos dados se a amostra abrangeu identidades de gênero cis e trans), com questões sobre vitimização (Bueno et al., 2021). Nos dados disponibilizados, é possível verificar: região geográfica do entrevistado e a natureza do município (capital ou interior, contingente populacional), escolaridade, estado civil, renda (individual e familiar), classe econômica, raça/cor, ocupação, filhos, sexo e idade. Aos entrevistados, em geral, foi questionado: se presenciaram algumas das formas de violência descritas contra meninas, moças ou mulheres adultas, se acham que a violência contra mulheres aumentou, diminuiu ou permaneceu a mesma durante a pandemia e se sentiu as mudanças descritas em sua vida durante a pandemia. Especificamente às mulheres, foi perguntado: se sofreu algum dos tipos de violência descritos durante a pandemia, quem cometeu essa violência, onde aconteceu essa violência, qual a atitude tomada perante a violência, por que não procurou a polícia, quais fatores ela imagina terem influenciado na violência sofrida e, por fim, se sofreram algum dos tipos de assédio descritos (Bueno et al., 2021). Ocorre que, não há qualquer informação sobre a percepção dos entrevistados, ou mesmo dos organizadores da pesquisa, quanto as diferentes identidades de gênero, o que limita os resultados apresentados. Por exemplo, não é possível verificar se os entrevistados consideraram a violência contra mulheres transgênero quando formularam suas respostas.

Como achados mais relevantes, o relatório da pesquisa apontou que 1 a cada 4 mulheres apontou ter sofrido violência durante a pandemia, configurando estabilidade com dados anteriores e contrastando com os apontamentos de que aumentaram as ligações ao 190 relatando violência doméstica. Dessas mulheres que sofreram violência, 61,8% viram sua renda familiar diminuir, 78,3% eram negras, pretas ou pardas e 72,8% foram agredidas por conhecidos. Cinco em cada dez pessoas relataram ter presenciado essas agressões, e 73,5% dos entrevistados acreditam que a violência contra mulheres aumentou durante a pandemia (Bueno et al., 2021). Já o IPEC (2021), é “uma empresa originada do IBOPE Inteligência, que mantém a mesma equipe e estrutura de executivos” dedicada a coletar dados sobre o consumidor, o mercado e a sociedade brasileira. Seu relatório “As

mulheres brasileiras no contexto da Pandemia” de fevereiro de 2021, se baseou em entrevistas face a face, domiciliares, em 143 municípios, resultando em 2.002 entrevistas com homens e mulheres de 16 anos ou mais realizadas entre 19 e 23 de fevereiro de 2021. Os dados publicizados não permitem aferir raça, sexualidade, identidade de gênero ou classe. Os entrevistados foram, então, questionados acerca de alterações na rotina com relação a: cuidados com a saúde na pandemia, indicadores de saúde mental (como alterações no sono, mudanças de humor, sintomas de ansiedade, tristeza e consumo de remédios), alimentação, planos de estudo, afazeres domésticos e violência doméstica. Como resultados mais relevantes, o relatório da pesquisa apontou que as mulheres sofreram mais alterações em suas rotinas do que os homens: adiando consultas e exames médicos, e sofrendo sobrecarga nos trabalhos domésticos. Quanto aos questionamentos sobre alimentação e qualificação acadêmica, não é possível distinguir entre respostas de homens e mulheres nos dados publicizados. Quanto à violência doméstica, 15% das mulheres entrevistadas vivenciaram pelo menos uma das situações de violência questionadas<sup>3</sup> (IPEC, 2021).

Dos relatórios, dois fatores preocupantes emergem. Primeiramente, a gritante ausência de indicadores quanto às identidades de gênero dos entrevistados e suas percepções sobre identidades de gênero, o que não somente limita a pesquisa e corrobora a lição de Monique Wittig (1980, p. 4) que destaca o caráter opressivo da universalização de conceitos como mulher, homem e diferença, pelo “pensamento hétero”, “dando um significado absoluto a estes conceitos, quando são apenas categorias fundadas sobre a heterossexualidade”. Gonzalez (1984), por sua vez, destaca a prevalência dos indicadores de violência entre mulheres negras, um recorte que demonstra que a articulação entre racismo e sexismo continua operando suas violências sobre as mulheres negras no Brasil (Gonzalez, 1984). Em que pese o primeiro ponto destacado ser debate de extrema importância social e acadêmica, em razão dos documentos analisados não trazerem dados concretos acerca dessa população, optou-se por concentrar o presente estudo somente no segundo tópico: aquele referente à vitimização das mulheres pretas e pardas. Todavia, tal fato é certamente uma limitação deste estudo, e o tema é de tal maneira relevante que análises posteriores podem gerar ricas discussões. Lélia Gonzalez (1984) esclarece-nos que a mulher negra brasileira, diante do processo de formação cultural, situa-se em um violento entrecruzamento entre racismo e sexismo, vivenciando diferentes modos de rejeição e integração de seus papéis socialmente atribuídos. Enquanto se reencena o mito da democracia racial, se nega o estatuto de sujeito humano às pessoas negras, vitimadas cotidianamente pelas violências simbólicas ou concretas e segregadas, espacialmente. Não por acaso, Gonzalez (1984, p. 240) recomenda “que se atente para os hospícios, as prisões, e as favelas, como lugares privilegiados da culpabilidade enquanto dominação e repressão”. Quando se trata da mulher negra, então, seus papéis sociais são engendrados, desde a colonização, e transitam entre a hipersexualização e invisibilidade; seus corpos são submetidos ao abuso sexual e ao trabalho doméstico (Gonzalez, 1984).

De maneira similar, Kimberlé Crenshaw (2002, p. 173) esclarece que:

Assim como é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados a suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são ‘diferenças que fazem diferença’ na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação.

As consequências da colonização brasileira podem ser observadas no âmbito da discussão acerca do racismo e do sexismo na nossa sociedade. Ao mesmo tempo em que povos indígenas e africanos eram classificados como não humanos, os colonizados não eram homens ou mulheres, prerrogativa somente dos “civilizados”, colonizadores (Lugones, 2014). É nesse contexto que Lélia Gonzalez (1984, p. 226) aponta o lugar da mulher negra no processo de formação cultural brasileira:

Por que será que ela só desempenha atividades que não implicam em “lidar com o público”? Ou seja, em atividades onde não pode ser vista? Por que os anúncios de emprego falam tanto em “boa aparência”? Por que será que, nas casas das madames, ela só pode ser cozinheira, arrumadeira ou faxineira e raramente copeira? Por que é “natural” que ela seja a servente nas escolas, supermercados, hospitais, etc e tal?

Aqui, então, é pertinente acrescentar um questionamento: Por que mulheres negras, pretas e pardas, sofrem mais violência? Na segunda edição da pesquisa “Visível e Invisível”, realizada em 2019, essas mulheres já representavam 83,6% das vítimas de violência. Dentro da margem de erro, esse quantitativo pouco reduziu, chegando a 78,3% em 2021, mesmo levando em conta a ressalva feita à baixa taxa de formalização da denúncia (Bueno et al., 2021). Kimberlé Crenshaw (2002) esclarece-nos que em contextos onde mulheres são afetadas por múltiplos sistemas de subordinação, não raro, somente o aspecto mais imediato da discriminação é percebido. Quando confrontamos os dados analisados com essa premissa, podemos questionar: podemos associar as agressões a gênero ou raça? Até que ponto a pandemia influenciou nessa violência já observada em outros momentos? Quantos fatores de subordinação não foram questionados prejudicando a elucidação dessa realidade? Quais dados perdemos sem uma abordagem interseccional durante sua coleta?

Dentre as entrevistadas, 50,8% acreditam que a pandemia influenciou na violência sofrida, contudo os dados não fazem o recorte de raça para entendermos a perspectiva das mulheres negras, pretas e pardas, entrevistadas quanto a este tópico. Acerca das situações específicas questionadas, 27% das mulheres entrevistadas afirmaram não saber quais fatores influenciaram a violência sofrida, 25,1% relataram acreditar que o desemprego e a impossibilidade de trabalhar influenciaram, e 21,8% dizem que foi a maior convivência com o agressor que influiu na violência (Bueno et al., 2021). Da análise dos dados, emerge a certeza de que mulheres negras, pretas e pardas, sofreram mais violência no período da pandemia e que elas já sofriam mais violência nos anos anteriores. Todavia, a forma como esses dados foram coletados não nos fornece respostas aos questionamentos que invariavelmente surgem ao lê-los sob um marco teórico interseccional, decolonial e de gênero: quais as identidades de gênero das mulheres negras que sofrem violência? Quais suas orientações sexuais? Quais as perspectivas dessas mulheres sobre a violência sofrida? Elas fazem parte das que não referem a pandemia como motivo para a violência, talvez por já estarem expostas anteriormente a esta?

Nesse contexto, imperioso citar Lélia Gonzalez (1984, p. 225) para quem:

Os textos só nos falavam da mulher negra numa perspectiva sócio-econômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Mas ficava (e ficará) sempre um resto que desafiava as explicações.

<sup>3</sup> Foram questionadas situações específicas, constando no relatório as seguintes perguntas: ▪ Foram xingadas ou humilhadas por algum parente ou por um companheiro/namorado ou ex-companheiro/namorado (12%); ▪ Sofreram algum tipo de agressão física seja por um parente ou por um companheiro/namorado ou ex-companheiro/namorado (6%); ▪ Sofreram ameaças com arma de fogo, faca ou outro objeto por um parente ou por um companheiro/namorado ou ex-companheiro/namorado (3%); ▪ Foram forçadas a ter relações sexuais com o companheiro/namorado (3%); ▪ Sofreram assédio sexual por algum parente, ex-companheiro ou ex-namorado (3%). Embora as perguntas abrangessem algumas espécies de agressão, elas não foram exaustivas podendo não conter todas as possibilidades, e também não possuem recortes de raça, classe, sexualidade, entre outros, deixando de elucidar características importantes para compreensão do fenômeno.

Kimberlé Crenshaw (2002) ensina-nos que os esforços para remediar situações de vulnerabilidade precisam estar pautados na compreensão da magnitude do problema, incluindo suas dimensões de gênero e raciais e, por que não acrescentar, de classe e sexualidade? Somente assim, se poderá dar desenvolvimento às análises aprofundadas acerca dos problemas que permeiam a sociedade brasileira, permitindo que esta reconheça suas contradições e desigualdades (Gonzalez, 1984).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se verificar que as pesquisas produzidas no Brasil com o intuito de diagnosticar a situação das mulheres no contexto de pandemia no Brasil, apesar de referirem prevalência nos índices de violência contra mulher, apresentam lacunas importantes. Quem são os vulneráveis durante a pandemia da Covid-19 no Brasil? Para quem se faz necessário direcionar políticas públicas? Quais dados subsidiam a construção destas?

Diante das considerações tecidas no presente estudo, é inegável o quanto estudos de autoras como Joan Scott, Judith Butler, Rita Segato, Maria Lugones, Kimberly Crenshaw e Lélia Gonzalez, são relevantes para o entendimento de como os marcadores sociais de gênero, raça, sexo e classe se fazem presentes no que se refere à sociedade brasileira. Os estudos de gênero, interseccionalidade e decolonialidade demonstram incisivamente que os índices observados ainda carregam consigo a reprodução de uma cultura patriarcal, eurocêntrica, racista, misógina. A antropóloga Débora Diniz, em entrevista à Revista *Azmina* (2020), pontua que questões sobre cuidado, convivência, coabitação, reprodução social e economia, sobretudo na pandemia, visibilizaram “novos vocabulários” antes silenciados, tais como misoginia, violência psicológica, feminismo, que se mostraram ainda numa emergência de novas práticas: “Se nós vamos ser capazes de transformar essas fissuras de garantias de direitos aos mais vulneráveis e aos mais precarizados em uma nova forma de vida coletiva, isso está aberto à disputa” (Diniz, 2020, p. 10). Os dados coletados oferecem a constatação de que mulheres negras pretas ou pardas, são as que se encontram mais vulneráveis socioeconômica, física e mentalmente, na pandemia, embora já experimentassem dessa precariedade sem o colapso sanitário global atualmente vivido. Todavia, ainda que venham sendo implementadas políticas públicas, os dados que as subsidiam demonstram lacunas importantes que precisam ser sanadas. É o que podemos observar no presente trabalho, em que pese o alarmante número de violências, não sabemos precisar se a motivação seria de gênero, racial, em razão de sexualidade, ou algum outro marcador. Decerto, é importante perceber o quanto refletir o lugar social da violência é um desafio para além do social, humanitário e de saúde, absolutamente intensificado durante o período da pandemia de SARS-CoV-2/ Covid-19. Logo, se vê a primordialidade e urgência não somente na mudança do discurso e implementação pelos governantes de boas práticas no enfrentamento da violência contra a mulher, mas também no correto diagnóstico da situação para entender quem são as mulheres vitimadas. Reitera-se que a violência não figura como consequência direta da pandemia de SARS-CoV-2/ Covid-19 (ainda existente). Mesmo que se tenha constatado sua prevalência, é perceptível que tal violência é historicamente estruturada, reflexo de um sistema de poder patriarcal que ganha novas facetas. A fim de compreender e auxiliar nossas semelhantes nesses casos, os estudos decoloniais e interseccionais de gênero possibilitam não só o entendimento, mas também a capacidade de reconhecer a violência e seus alvos.

## REFERÊNCIAS

- Alves JS, Moreira LE, Oliveira RG, Natividade C (2020). Mulheres em tempos de pandemia: um ensaio teórico-político sobre a casa e a guerra. *Psicologia & Sociedade*, v. 32. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/psoc/a/93BpjQdGtPs9Lxs9SCSWhkr/?lang=pt>.
- Bardin L (2016). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Barroso MF (2019). Violência estrutural contra mulheres em Belo Monte: o que os dados oficiais (não) revelam. *Em Pauta*. 17(43):140-154.
- Benevides B, Nogueira S (2020). BOLETIM Nº 02/2020: Assassinatos contra travestis e transexuais em 2020. *Antra Associação Nacional de Travestis e Transexuais*. Recuperado de <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/05/boletim-2-2020-assassinatos-antra.pdf>.
- Biroli F (2018). *Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Bueno S, Martins J, Pimentel A, Lagreca, A, Barros B, Lima RS (2021). *Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*. 3. ed. Recuperado de <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/infografico-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3-3.pdf>.
- Butler J (2011). Vida precária. Contemporânea. *Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, 1(1):13-33.
- Butler J (2018). *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler J (2019). *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Campos B, Tchalekian B, Paiva V (2020). Violência contra a mulher: vulnerabilidade programática em tempos de SARS-COV-2/ COVID-19 em São Paulo. *Psicologia & Sociedade*. v. 32. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/psoc/a/Bqv5dn5fL3LTrm3PGvJDzN/?lang=pt>.
- Crenshaw K (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*. 10(1):171-188. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>.
- Diniz D. (2020). É hora do STF responder o que significa uma epidemia para a vida das mulheres. [Entrevista concedida a Helena Bertho, em 22 de abril de 2020]. *Azmina*. Recuperado de <https://azmina.com.br/reportagens/debora-diniz-e-hora-do-stf-responder-o-que-significa-uma-epidemia-para-a-vida-das-mulheres/>.
- Gandra A (2020). Pesquisa revela que 19 milhões passaram fome no Brasil no fim de 2020: dados são de inquérito sobre insegurança alimentar na pandemia. *Agência Brasil*. Recuperado de <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-04/pesquisa-revela-que-19-milhoes-passaram-fome-no-brasil-no-fim-de-2020>.
- Gomes CM (2018). Gênero como categoria de análise decolonial. *Civitas*, Porto Alegre, 18 (1). Recuperado de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/28209>.
- Gonzalez L (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, p. 223-244.
- Gonzalez L (2018). *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzales em primeira pessoa*. São Paulo: União dos Coletivos Pan-Africanos.
- IPEA (2020). *Nota técnica - Políticas públicas e violência baseada no gênero durante a pandemia da COVID-19: ações presentes, ausentes e recomendadas*. Recuperado de [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=35884#:~:text=Nota%20%C3%A9cnica%20%2D%202020%20%2D%20Junho%20%2D,A%3%A7%C3%B5es%20Presentes%2C%20Ausentes%20e%20Recomendadas&text=A%20pandemia%20do%20novo%20coronav%C3%ADrus,apresentado%20m%C3%BAltiplas%20influ%C3%AAncias%20na%20sociedade..](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35884#:~:text=Nota%20%C3%A9cnica%20%2D%202020%20%2D%20Junho%20%2D,A%3%A7%C3%B5es%20Presentes%2C%20Ausentes%20e%20Recomendadas&text=A%20pandemia%20do%20novo%20coronav%C3%ADrus,apresentado%20m%C3%BAltiplas%20influ%C3%AAncias%20na%20sociedade..)
- IPEC (202?) *Quem somos: multidisciplinaridades*. Recuperado de <https://www.ipecc-inteligencia.com.br/#secQuemSomos>.
- IPEC (2021). *As mulheres brasileiras no contexto da pandemia*. Recuperado de [https://www.ipecc-inteligencia.com.br/Repository/Files/19/10\\_Ipec\\_Mulheres\\_brasileiras\\_no\\_contexto\\_da\\_pandemia.pdf](https://www.ipecc-inteligencia.com.br/Repository/Files/19/10_Ipec_Mulheres_brasileiras_no_contexto_da_pandemia.pdf)
- Lugones M (2014). Rumo a um feminismo decolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 2014, v. 22, n. 3, p. 935-952. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>.

- Maldonado-Torres N (2020). Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: Bernardino-Costa J, Maldonado-Torres N, Grosfoguel R. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, pp. 27-53.
- ONU Mulheres (2020) *Gênero e COVID-19 na América Latina e no Caribe*: dimensões de gênero na resposta. Nações Unidas. Brasília. Recuperado de [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19\\_LAC.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf).
- Pasinato W (2020). *Diretrizes para atendimento em casos de violência de gênero contra meninas e mulheres em tempos da pandemia da COVID-19*. Brasília. Recuperado de [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Diretrizes-para-atendimento\\_ONUMULHERES.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Diretrizes-para-atendimento_ONUMULHERES.pdf).
- Quem somos...* (202?) Fórum Brasileiro de Segurança Pública.. Recuperado de <https://forumseguranca.org.br/quem-somos/>.
- Quijano A (2010). Colonialidade do poder e classificação social. In: Santos BS, Meneses MP. (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, pp. 73-118.
- Scott JW (1990). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade* 16(2):71-99. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>.
- Segato RL (2012). Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-Cadernos CES*, Coimbra. Recuperado de <https://journals.openedition.org/eces/1533>.
- Souza JS (2021). Legado da pandemia de COVID-19 para o trabalho, a política e a sociedade, apresentação do dossiê temático. *Revista Trabalho, Política e Sociedade*, 6(10):25-34. Recuperado de <http://costalima.ufrj.br/index.php/RTPS/article/view/855/1039>.
- Vieira PR, Garcia LP, Maciel ELN (2020). Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 23. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/1980-549720200033>.
- Wittig M (1980). O pensamento hétero. *Modern Language Association Convention*. Nova York, 1980. Recuperado de [https://we.riseup.net/assets/162603/Wittig,%20Monique%20O%20pensamento%20Hetero\\_pdf.pdf](https://we.riseup.net/assets/162603/Wittig,%20Monique%20O%20pensamento%20Hetero_pdf.pdf).

\*\*\*\*\*